

003

**A EFETIVIDADE DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE EM PORTO ALEGRE.** *Fabiano Holz Besera, Fábio Alceu Mertens, Emerson Guse, Carlos Carneiro Esteves Neto, André Mendonça Falk, Marcel Colen, João Protásio Farias Domingues de Vargas.* (Faculdade de Direito, UFRGS).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90, apresenta a doutrina da proteção integral, abandonando a concepção do menor-objeto do revogado Código de Menores. Mesmo com a mudança da legislação, a realidade demonstra que cresce o número de meninos e meninas na rua e de rua, tanto nos grandes quanto nos demais centros urbanos. O Estado, a sociedade e a família têm o dever legal de protegê-los e criar ambientes de desenvolvimento sadio e livre de opressão. Não é a realidade que se observa no cotidiano destes responsáveis. As ruas demonstram isso e a mídia evidencia com clareza a situação em que se encontram, principalmente os filhos de despossuídos: marginalizados, presos, famintos, sem estudo e vítimas de toda sorte de ataques aos seus direitos fundamentais, principalmente em sua família natural. O trabalho busca, através de pesquisa de campo, desvendar parte desta realidade em Porto Alegre e tentar explicá-la, apontando soluções pontuais. Para tanto, vale-se de formulários impressos, entrevistas pessoais, levantamento de dados em órgãos públicos, estatísticas, tabulações, leitura quantitativa, leitura qualitativa, relatório conclusivo, pesquisa bibliográfica e divulgação pública dos resultados. Utilizará, como paradigma de enfoque, as atividades do Projeto ADVRUA - Advocacia Jurídica da FESC/PMPA, que atua no atendimento direto de crianças e adolescentes carentes infratores e vítimas de violência, ao par da atuação judicial perante os Juizados da Infância e da Juventude e DPCA - Delegacia de Proteção da Criança e do Adolescente, além de albergues existentes na Capital. A importância da pesquisa está na construção de conhecimentos sobre a realidade temática na Capital, com os seus principais operadores, produzindo novos saberes que só existem enquanto realidade fática, para possibilitar teorizações e socializações diversificadas. A atualidade está no fato de que abordará a vida palpitante dos interlocutores que fazem a história das instituições e usuários dos serviços oferecidos pelo Estado. Neste sentido, a pesquisa é inédita.